De política cultural a estratégia de desenvolvimento: uma análise sistêmica da Economia Criativa brasileira (2000–2025)

Autor(res)

Higo José Dalmagro
Cristiane Benevides Pinto Komiyama Ferreira
Rosemary Matias
Alessandro Marco Rosini

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP

Introdução

A economia criativa, entendida como qualquer atividade econômica voltada à produção de bens e serviços simbólicos intensamente dependentes da propriedade intelectual e destinados ao maior mercado possível (UNCTAD; PNUD, 2012), tem se consolidado como uma das principais expressões do desenvolvimento baseado em conhecimento e inovação. No contexto brasileiro, o conceito associa-se à criação de modelos de negócio e gestão fundamentados em criatividade, cultura e capital intelectual, com o objetivo de gerar trabalho, renda e inclusão produtiva (Gómez Castro; Figueiredo, 2016). Trata-se, portanto, de um setor que valoriza a diversidade cultural, estimula o empreendedorismo e contribui para a dinamização econômica regional.
Segundo Pereira, Amaral e Silva e Brito (2025), a contribuição econômica do setor cultural no Brasil evidencia-se pela capacidade de geração de valor agregado e pela relevância nas cadeias produtivas de diferentes faixas de renda. Os autores demonstram, por meio de uma abordagem insumo-produto, que a economia criativa apresenta forte efeito multiplicador, tanto na geração de empregos quanto na redistribuição de renda.
A trajetória das políticas públicas voltadas à economia criativa no país, entretanto, revela caráter cíclico e fragmentado, com um período inicial de institucionalização (2011–2016), seguido de descontinuidade (2017–2022) e recente retomada (2024–2025). Mesmo diante dessas oscilações, o setor manteve crescimento contínuo e desempenho superior à média da economia nacional, reafirmando seu potencial estratégico para o desenvolvimento sustentável, a inovação e a inclusão social.

Objetivo

Analisar a trajetória e a descontinuidade da política federal para a economia criativa no Brasil (2000–2025), relacionando os ciclos institucionais com o desempenho econômico do setor em termos de contribuição ao PIB e geração de empregos.

Material e Métodos

A pesquisa é de caráter exploratório e documental, fundamentada na análise de fontes primárias e secundárias sobre a economia criativa brasileira no período de 2000 a 2025. O estudo adota uma abordagem histórico-

analítica, voltada à compreensão da trajetória cíclica das políticas públicas federais para o setor, identificando momentos de institucionalização, descontinuidade e retomada. As fontes primárias incluem legislações, planos governamentais, registros de ações ministeriais, comunicados oficiais e reportagens históricas, que permitem reconstruir a cronologia e o contexto das políticas culturais e criativas.

A análise documental segue referenciais como o Relatório de Economia Criativa da UNCTAD/PNUD (2010), o Panorama das Políticas de Fomento à Economia Criativa na América Latina (Bresciani; Peria; Chér, 2022) e o relatório do British Council (2018), que orientam a interpretação institucional e comparada das iniciativas brasileiras.

Para mensurar a contribuição econômica do setor, utilizam-se dados estatísticos agregados de instituições como FIRJAN (2025), CNI/ONI (2023), Observatório Itaú Cultural (2023), IPEA (2020) e IBGE, baseados em metodologias de mapeamento setorial e contas satélite. Os indicadores de PIB e emprego são tratados de forma descritiva e comparativa, a fim de identificar tendências, flutuações e projeções até 2025, conforme as metodologias de análise econômica propostas por Pereira et al. (2025).

Adota-se, ainda, a classificação das Indústrias Criativas da UNCTAD, que organiza o setor em categorias de Patrimônio Cultural, Artes, Criações Funcionais e Novas Mídias, assegurando coerência internacional. Reconhece-se, contudo, limitações de cobertura e padronização entre as fontes, mitigadas por triangulação de dados e verificação de consistência temporal e conceitual, visando garantir a validade e confiabilidade analítica dos resultados.

Resultados e Discussão

A trajetória das políticas públicas voltadas à economia criativa no Brasil revela uma dinâmica cíclica de avanços e descontinuidades institucionais entre 2000 e 2025. A agenda de políticas públicas para o setor ganhou força em 2011, com a criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC), vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). Conforme o British Council (2018), a missão da SEC era “conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas” voltadas à economia criativa, posicionando a cultura como um eixo estratégico do desenvolvimento nacional. Esse marco representou o primeiro reconhecimento formal da economia criativa como política de Estado no Brasil.

Entretanto, o cenário político instável, especialmente após o impeachment de 2016, interrompeu o avanço dessas iniciativas. Em 2017, a extinção do MinC e a ausência de uma secretaria específica geraram um vácuo de coordenação nacional até 2022, comprometendo o planejamento de longo prazo. Nesse período, a economia criativa brasileira passou a depender de esforços subnacionais e setoriais, enquanto países como Chile, Colômbia, México e Uruguai consolidavam estruturas institucionais e estratégias nacionais robustas (Bresciani; Peria; Chér, 2022).

Mesmo sem liderança federal, o setor manteve vitalidade por meio de ações descentralizadas, articuladas por governos estaduais, prefeituras e instituições do terceiro setor. Segundo o IPEA (2020), cidades como Belo Horizonte, Brasília e São Paulo tornaram-se polos experimentais, com políticas locais de inovação, capacitação e empreendedorismo criativo. Essa descentralização evidenciou a capacidade adaptativa do ecossistema criativo, sustentada por parcerias público-privadas e pela expansão das tecnologias digitais.

A partir de 2023, com a recriação do MinC, a economia criativa foi reinserida na pauta estratégica do governo federal. Em 2024, o Ministério lançou as diretrizes da Política Nacional de Economia Criativa – “Brasil Criativo”, elaborada de forma colaborativa, com participação de gestores públicos, estados, municípios, instituições culturais e sociedade civil. O processo contou com consulta pública e debates durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura, reforçando a governança participativa e o alinhamento com os princípios da UNCTAD/PNUD (2010), que

concebem a economia criativa como vetor de desenvolvimento sustentável e inclusão social. A economia criativa brasileira demonstra crescimento consistente na participação do PIB nas últimas duas décadas. Segundo o Mapeamento da Indústria Criativa 2025 (FIRJAN, 2025), a contribuição do setor passou de 2,09% em 2004 para 3,59% em 2023. O Observatório Itaú Cultural (2023) e o ONI/CNI (2023) indicam valores próximos, com 3,11% do PIB em 2022. Esse avanço, mesmo durante períodos de descontinuidade institucional, evidencia a resiliência estrutural do setor, impulsionada pela cultura digital, pela inovação tecnológica e pelo empreendedorismo local.
No campo do emprego, os dados apontam forte expansão. O ONI/CNI (2023) estima 7,4 milhões de trabalhadores criativos em 2022, com projeções de 8,4 milhões até 2030, refletindo a crescente demanda por produtos digitais e conteúdos interativos. Já o mapeamento da FIRJAN (2025) contabiliza 1,262 milhão de profissionais formalmente empregados em 2023, o que indica divergência metodológica entre as fontes, explicada, segundo o British Council (2018), pela presença expressiva de trabalhadores informais, autônomos e híbridos. Apesar das limitações metodológicas e da ausência de uma conta satélite consolidada, a triangulação entre FIRJAN, CNI/ONI, IPEA e Observatório Itaú Cultural reforça a validade e consistência dos indicadores. O crescimento do emprego formal no setor, de 6,1% em 2023, superou a média nacional de 3,6%, destacando o potencial como motor de inovação, inclusão e sustentabilidade, conforme Gómez e Figueiredo (2016). Essa evolução confirma que o futuro do setor dependerá da integração entre políticas estáveis.

Conclusão

A análise evidencia que a economia criativa brasileira manteve crescimento expressivo e resiliência mesmo diante da descontinuidade institucional. A retomada da Política Nacional “Brasil Criativo” em 2024 representa um marco de reintegração federativa e fortalecimento do setor. Apesar das limitações metodológicas e da fragmentação de dados, os resultados demonstram que a economia criativa consolidou-se como vetor estratégico de inovação, geração de emprego e desenvolvimento sustentável no Brasil contemporâneo.

Agências de Fomento

FUNDECT-Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Referências

BRITISH COUNCIL. A economia criativa brasileira: análise da situação e avaliação do Programa de Empreendedorismo Social e Criativo Financiado pelo Newton Fund. British Council, 2018.
BRESCIANI, L.P.; PERIA, P.V.G.; CHÉR, L.B. Panorama das políticas de fomento à economia criativa na América Latina. Brazilian Creative Industries Journal, v. 2, n. 2, p. 296–311, 2022.
Conferência Das Nações Unidas Sobre Comércio E Desenvolvimento (Unctad); Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento (PNUD). Relatório de economia criativa 2010: economia criativa, uma opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/MinC; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p.
Confederação Nacional Da Indústria (CNI). Observatório Nacional da Indústria (ONI). O futuro da economia criativa: área vai criar um milhão de vagas até 2030 no Brasil. Brasília: CNI, [2023]. Disponível em:

https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/o-futuro-da-economia-criativa-area-vai-criar-um-milhao-de-vagas-ate-2030-no-brasil/. Acesso em: 25 set. 2025.

FIRJAN. Mapeamento da Indústria Criativa 2025. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2025. Disponível em: https://observatorio.firjan.com.br/inteligencia-competitiva/mapeamento-da-industria-criativa-2025. Acesso

Gómez, F. C.; Figueiredo, L. F. A economia criativa como proposta de valor nos modelos de negócio. NAVUS: Revista de Gestão e Tecnologia, v. 6, n. 3, p. 111-122, 2016.

IPEA. Políticas públicas, economia criativa e da cultura. IPEA. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/ac546ddc-d1ae-4356-8139-98df9a40393b. DOI: 10.38116/978-65-5635-008-0.

Observatório Itaú Cultural. PIB da Economia da Cultura e das Indústrias Criativas do Brasil. Observatório Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, 2023.